

Notícias do dia 22 de novembro



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Quinta-Feira, 23 de Novembro de 2023

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Comissão de Finanças delibera sobre 11 matérias e rejeita projeto de isenção de IPVA e de ICMS

.....3

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Comissão de Finanças delibera sobre 11 matérias e rejeita projeto de isenção de IPVA e de ICMS

.....5

PORTAL DO ALAN - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

"Vocês dão apoio jurídico para que possamos tomar decisões", diz Caiado em homenagem a procuradores do Estado

.....7

Comissão de Finanças delibera sobre 11 matérias e rejeita projeto de isenção de IPVA e de ICMS

Reunida de forma híbrida, na tarde desta quarta-feira, 22, sob a presidência do deputado Renato de Castro (UB), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento (CTFO) deliberou os pareceres de 11 matérias.

Também na reunião, o deputado André do Premium (Avante), relator do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, comunicou que o prazo para a apresentação de emendas parlamentares ao projeto foi adiado do próximo dia 25 de novembro para 8 de dezembro. O deputado destacou as audiências públicas realizadas até o momento para discutir o projeto da LOA 2024 e afirmou haver a possibilidade que ocorra uma audiência no Sudoeste goiano.

É comum que o poder público apresente à CTFO proposições como prestações de contas para que haja ciência e arquivamento. Foi o caso, na reunião desta quarta-feira, dos processos n 1198/23 , 1803/23 , e 10726/22 , provenientes do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, e n 1470/23 e 10761/22 , originários da Secretaria Estadual de Saúde. Em todos esses casos, o colegiado aprovou o parecer pelo arquivamento das matérias.

Em outros cinco casos - dos processos n 1337/23 , 1451/23 , 1455/23 , 1461/23 e 1473/23 -, o parecer aprovado foi de conversão em diligências e encaminhamento à Secretaria de Saúde.

Houve, por fim, a rejeição a um projeto de lei, o de n 94/23 , de Karlos Cabral (PSB). Tratava-se de conceder isenção de ICMS e IPVA "às saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo, cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 140.000,00, quando adquirido por pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental severa ou profunda, ou autista, diretamente ou por intermédio de seu representante legal". Ao projeto foi apensado o de n 438/23 , de Charles Bento (MDB), propondo aumentar o valor de isenção para R\$ 200.000,00. Com a rejeição do colegiado, o projeto será arquivado.

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/139527/comissao-de-financas-delibera-sobre-11-materias-e-rejeita-projeto->

de-isencao-de-ipva-e-de-icms

Comissão de Finanças delibera sobre 11 matérias e rejeita projeto de isenção de IPVA e de ICMS

Reunida de forma híbrida, na tarde desta quarta-feira, 22, sob a presidência do deputado Renato de Castro (UB), a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento (CTFO) deliberou os pareceres de 11 matérias.

Também na reunião, o deputado André do Premium (Avante), relator do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, comunicou que o prazo para a apresentação de emendas parlamentares ao projeto foi adiado do próximo dia 25 de novembro para 8 de dezembro. O deputado destacou as audiências públicas realizadas até o momento para discutir o projeto da LOA 2024 e afirmou haver a possibilidade que ocorra uma audiência no Sudoeste goiano.

É comum que o poder público apresente à CTFO proposições como prestações de contas para que haja ciência e arquivamento. Foi o caso, na reunião desta quarta-feira, dos processos nos 1198/23, 1803/23, e 10726/22, provenientes do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, e nos 1470/23 e 10761/22, originários da Secretaria Estadual de Saúde. Em todos esses casos, o colegiado aprovou o parecer pelo arquivamento das matérias.

Em outros cinco casos - dos processos nos 1337/23, 1451/23, 1455/23, 1461/23 e 1473/23 -, o parecer aprovado foi de conversão em diligências e encaminhamento à Secretaria de Saúde.

Houve, por fim, a rejeição a um projeto de lei, o de nº 94/23, de Karlos Cabral (PSB). Tratava-se de conceder isenção de ICMS e IPVA "às saídas internas e interestaduais de veículo automotor novo, cujo preço de venda ao consumidor sugerido pelo fabricante, incluídos os tributos incidentes, não seja superior a R\$ 140.000,00, quando adquirido por pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental severa ou profunda, ou autista, diretamente ou por intermédio de seu representante legal". Ao projeto foi apensado o de nº 438/23, de Charles Bento (MDB), propondo aumentar o valor de isenção para R\$ 200.000,00. Com a rejeição do colegiado, o projeto será arquivado.

Site: <https://brasilemfolhas.com/2023/11/22/comissao-de-financas-delibera-sobre-11-materias-e-rejeita-projeto-de->



isencao-de-ipva-e-de-icms/

"Vocês dão apoio jurídico para que possamos tomar decisões", diz Caiado em homenagem a procuradores do Estado

Alan Ribeiro

Evento celebrou 59 anos da Procuradoria-Geral do Estado. Na ocasião, governador ressaltou papel dos advogados públicos para prestação célere e eficiente dos serviços oferecidos à população

O governador **Ronaldo Caiado** destacou a importância do papel dos advogados públicos para a prestação célere e eficiente dos serviços oferecidos à população, durante celebração do Dia do Procurador do Estado de **Goiás**, no Palácio das Esmeraldas, nesta segunda-feira (20/11). A data é comemorada no dia 11 de novembro, quando foram completados 59 anos de atuação da Procuradoria-Geral do Estado de **Goiás** (PGE-GO). "São vocês que dão diretrizes e o apoio jurídico para que possamos tomar decisões com total embasamento e dar sustentação àquilo que um governo se propõe a fazer", disse Caiado, que estava acompanhado da primeira-dama e coordenadora do **Goiás** Social, Gracinha Caiado, ao parabenizar os advogados pelo histórico da instituição e pelos resultados obtidos em 2023.

"Atuamos como uma força conjunta, envolvidos naquilo que é o gesto de goianidade, para repor ao cidadão goiano o que ele paga de imposto em forma de qualidade de vida", pontuou Caiado. "Todos nós procuradores estamos prontos e vigilantes para oferecer ao Estado os melhores subsídios e contributos para uma gestão pública eficiente e produtora de resultados. Nossa história merece ser reverenciada por ser, também, a dos demais órgãos do sistema público de Justiça, como o Ministério Público, Tribunal de Contas e a Defensoria Pública", destacou o procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, ao lançar o selo comemorativo alusivo ao aniversário de 60 anos da PGE-GO, que será celebrado em 2024.

O presidente da Associação dos Procuradores do Estado de **Goiás**, Claudiney Rocha, ressaltou o orgulho de atuar em um Estado que reconhece o trabalho desenvolvido pela Procuradoria e pelos procuradores, que foram beneficiados com nova sede para a PGE, realização de concurso público, ocupação técnica da Casa Civil e a nomeação de uma procuradora do Estado como desembargadora,

relembrando a posse de Juliana Prudente no Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-GO). "Como soldados jurídicos, fazemos uma guerra permanente contra a ilegalidade, injustiça e, principalmente, contra a insegurança jurídica", afirmou.

"Mais do que orientar o governante, a PGE atua como consolidadora do regime democrático, como facilitadora da implementação de políticas públicas que atendam a população", ressaltou o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Saulo Mesquita. A solenidade ainda marcou a entrega da Medalha do Mérito da PGE-GO aos 10 homenageados deste ano. A condecoração é cedida àqueles que, por seus méritos ou por relevantes serviços prestados à advocacia pública, à PGE e à sociedade goiana, mereçam especial distinção.

PGE-GO 60 anos

Considerado o maior escritório de advocacia do Estado de **Goiás**, a Procuradoria-Geral do Estado é integrada por advogados públicos. Hoje, está presente em todas as secretarias do estado, autarquias e fundações estaduais, que correspondem a 22 órgãos da Governadoria e Administração Direta, 12 entidades da Administração Indireta, além do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), atuando diretamente junto aos correspondentes titulares.

Resultados 2023

Em 2023, a PGE-GO recebeu cerca de 690 mil intimações, superando as quase 557 mil recebidas em 2022. O órgão garantiu a **economia** de R\$ 4 bilhões aos cofres públicos, após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que o Estado de **Goiás** não tem a obrigação de repassar incentivos fiscais de programas como Fomentar e Produzir a municípios que já tenham decisões transitadas em julgado sobre a questão.

No âmbito nacional, outra grande conquista foi a permanência de **Goiás** no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). No Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a Procuradoria obteve a vitória com a decisão que suspendeu ordem que determinava a devolução de um helicóptero, que permanecerá em poder do

Estado até o julgamento definitivo da ação. Ainda, o órgão obteve modulação em ação perante o TJ **Goiás** para garantir a cobrança de quase 5,6 mil processos administrativos tributários pendentes sobre transporte de gado sem nota fiscal, o que equivale a R\$ 436 milhões.

Fotos: Hegen Corrêa e Júnior Guimarães

Secretaria de Comunicação - Governo de **Goiás**

Site: <https://portaldoalan.com.br/2023/11/voces-dao-apoio-juridico-para-que-possamos-tomar-decisoes-diz-caiado-em-homenagem-a-procuradores-do-estado/>